

---

## RESGATE HISTORIOGRÁFICO DA GEOGRAFIA ESCOLAR: OS ESTUDOS SOCIAIS NOS MANUAIS ESCOLARES DE HERMANTINA RICCIOPPO

### Resgate historiográfico de la Geografía escolar: los estudios sociales en los manuales escolares de Hermantina Riccioppo

Diego Carlos Pereira  
Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
[diego-carlinho@hotmail.com](mailto:diego-carlinho@hotmail.com)

Artigo recebido em 08/06/2015 e aceito para publicação em 29/11/2015

DOI: 10.12957/tamoios.2015.16679

#### Resumo

Este trabalho busca apresentar e analisar elementos sociais, culturais, históricos, educativos e simbólicos no contexto dos Estudos Sociais e sua articulação histórica e conceitual com a Geografia Escolar a partir da análise de dois manuais escolares produzidos por uma professora do ensino primário de Uberaba-MG, na segunda metade do século XX. Por meio de pesquisa documental e contextualização teórica, as análises mostram que a produção de conhecimentos materializada por esses manuais elencaram diferentes perspectivas para os Estudos Sociais, desde o âmbito tradicional ao âmbito escolanovista do mesmo, configurando uma relação repleta de oscilações históricas entre os Estudos Sociais e a Geografia Escolar. No entanto, de maneira geral, compreendemos que as concepções de Estudos Sociais que a professora priorizou em sua elaboração e prática esteve relacionada com a concepção baseada nos princípios escolanovistas apresentando aspectos como: identificação das atividades escolares com a realidade de vida do aluno; o civismo e nacionalismo; a relação entre escalas de comunidade, município, estado e país; desenvolvimento do raciocínio pela observação, interpretação e prática no âmbito da paisagem; fundamentar-se na relação homem e meio; conhecer fatos e acontecimentos do passado e desenvolver capacidade no aluno de estudar a realidade de maneira científica.

**Palavras-chave:** Manuais escolares; Estudos Sociais. História da disciplina Geografia;

#### Resumen

Este estudio tiene como objetivo presentar y analizar los elementos sociales, culturales, históricos, educativos y simbólicos en el contexto de Estudios Sociales y su articulación histórica y conceptual con la Geografía de la escuela a partir del análisis de dos manuales escolares producidos por una maestra de una escuela primaria de Uberaba-MG, en la segunda mitad del siglo XX. A través de la investigación documental y el contexto teórico, los análisis muestran que la producción de conocimiento materializado por estos manuales elencaron diferentes perspectivas de Estudios Sociales, de lo tradicional a la Nueva Escuela, con la creación de una relación completa de las fluctuaciones históricas entre los Estudios Sociales y de la Geografía de la escuela. Sin embargo, en general, entendemos que los conceptos de Estudios Sociales que la maestra dio prioridad en su preparación y práctica están relacionados con el diseño basado en los principios de la Escuela Nueva que presentan aspectos tales como la identificación de las actividades escolares con la realidad de la vida del estudiante; Civismo y nacionalismo; la relación entre las escalas de la comunidad, condado, estado y país; desarrollo del razonamiento mediante la observación, la interpretación y la práctica dentro del paisaje; Se basa en el hombre y medio relación; conocer los hechos y acontecimientos del pasado y desarrollar la capacidad en la realidad estudiante estudio de una manera científica.

**Palabras Clave:** Manuales Escolares; Estudios Sociales; Historia de la disciplina geografía;

## INTRODUÇÃO

Este artigo, na perspectiva da história das disciplinas escolares, especialmente de Geografia escolar, discute algumas reflexões dimensionadas por uma pesquisa acerca de dois manuais escolares de autoria de uma professora do ensino primário de Estudos Sociais em Uberaba, Minas Gerais, que foram publicados em 1962. Para este texto, daremos enfoque às concepções que norteiam os “Estudos Sociais” enquanto uma faceta da Geografia Escolar, cujas especificidades, ajudaram a construir a História da Geografia Escolar como um processo repleto de oscilações históricas e políticas, mas sobretudo, de produção de conhecimento.

Esses manuais escolares publicados pela professora Hermantina Riccioppo compreendiam um trabalho desenvolvido para o ensino primário que envolvia os seguintes temas: Geografia, História e Ciências Naturais, o qual, de acordo com os noticiários nos principais jornais da época na cidade, teve grande repercussão e reconhecimento na região. Os manuais são intitulados “Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais” para as 2ª e 3ª séries do 1º grau, ou primário, sendo para cada série um manual distinto (RICCIOPPO, 1979; RICCIOPPO, 1980).

Assim, no que tange ao empreendimento histórico da disciplina escolar de Geografia, suas relações históricas, políticas e conceituais com os Estudos Sociais, bem como suas particularidades no ensino em Uberaba, a sua contextualização relativa ao momento histórico e às influências pedagógicas que nortearam a elaboração da obra pressupomos sua contextualização no que tange o debate da Geografia Escolar e os processos de construção e de conhecimento.

Como ponto de partida para este artigo, temos o objetivo de apresentar e analisar elementos sociais, culturais, históricos, educativos e simbólicos no contexto dos Estudos Sociais e sua articulação histórica e conceitual para a Geografia Escolar e na escola primária que configuram a conjuntura de construção de conhecimentos da produção destes manuais escolares da professora Hermantina Riccioppo.

Do ponto de vista metodológico deste estudo, optamos por uma pesquisa documental de perspectiva qualitativa fundamentada em Bogdan e Biklen (1994), na qual se pressupõe a compreensão das perspectivas dos sujeitos que produziram os documentos em seu tempo, bem como nos fundamentamos pelas etapas propostas por Bacellar (2008)<sup>1</sup>.

---

A opção conceitual do manual escolar adquire, conforme estabelecido por Choppin (2009), uma escolha em meio a diversas terminologias (compêndios, livros escolares, guias, pré-cis e outros) que têm sua origem de acordo com a diversidade linguística de cada análise, mas é importante distingui-los dos *livros de vulgarização*<sup>2</sup>, para delimitar a abordagem epistemológica.

Partimos dos pressupostos de Augustín Escolano (2001) que em suas pesquisas no âmbito espanhol vêm caracterizando um campo de estudos complexo cujos pressupostos abarcam os manuais escolares como:

[...] espacios de representación de la memoria en que se materializó la cultura de la escuela en las distintas épocas a que tales objetos corresponden. Y también, claro está, porque como construcciones culturales los manuales vienen determinados genéticamente, y expresan, por tanto, muchas de las sensibilidades sociales, educativas y simbólicas de los momentos históricos en que se producen y utilizan. (ESCOLANO, 2001, p.13).

Neste sentido, os textos escolares presentes nos manuais não são somente um aspecto material de uso dos professores e alunos ao longo da história, eles representam por si só os modos conceptivos e práticos da educação em determinado tempo. Sendo assim, sua textualidade e seus métodos expressam teorias pedagógicas e padrões de comunicação escolar implícitos em determinado momento e, no caso dos manuais de Hermantina Riccioppo, essas contribuições excedem as questões pedagógicas e culturais abrangendo também a Geografia escolar por meio dos Estudos Sociais.

Este artigo não possui a intenção de esgotar a temática e nem mesmo as possibilidades de análise dos manuais escolares produzidos pela professora Hermantina Riccioppo, mas sim problematizá-los enquanto suas contribuições epistemológicas para a Geografia escolar e a construção de conhecimentos escolares na cidade de Uberaba, Minas Gerais.

A organização deste artigo norteia-se por três momentos de problematização acerca dos manuais de Hermantina. O primeiro, elucidaremos acerca de um ensaio teórico que norteia as discussões relativas ao ensino de Geografia e suas relações com os Estudos Sociais na História das disciplinas escolares; posteriormente, abarcaremos as influências pedagógicas que abarcam os pressupostos geográficos e didáticos da obra em seu determinado tempo de construção e suas concepções relativas aos Estudos Sociais; por fim, esboçaremos algumas considerações sobre os elementos culturais e simbólicos desta obra que, a partir dos Estudos Sociais, configuram um conjuntura de

---

construção de conhecimentos escolares para a história da disciplina escolar de Geografia.

## **O ENSINO DE GEOGRAFIA E OS ESTUDOS SOCIAIS**

Neste tópico pretendemos abordar algumas particularidades do contexto histórico do ensino de Geografia bem como os ideais epistemológicos que os nortearam ao longo da história no Brasil, em especial os dos Estudos Sociais. É importante frisar que o ensino de Geografia não pode ser colocado de forma desarticulada com o contexto das ideias pedagógicas que norteavam o ensino como um todo, nem da Ciência Geográfica que se consolidava como Curso de Graduação e área de pesquisa no Ensino Superior.

Neste sentido, compreender historicamente o ensino de Geografia nos remete a interpretar o seu surgimento enquanto ciência, cuja epistemologia e método nortearam as práticas e obras geográficas no âmbito do ensino. É fundamental esclarecer que sua sistematização no século XIX compreende à sua organização epistemológica e metodológica, porém, é notória desde as primeiras civilizações a produção de conhecimentos geográficos, estes, pois, agregados a outras ciências ou outros profissionais. (MORAES, 2007)

A Geografia enquanto ciência passou, e ainda passa, por uma intensa busca acerca de seu objeto de estudo devido à amplitude de áreas do conhecimento abertas à produção de conceitos e abordagens geográficas e, por isso, muitos autores acreditam ter sido o motivo para a sua sistematização tardia frente as demais ciências.

Neste contexto, a Geografia tem seu processo de sistematização no mundo ocidental, na Alemanha ainda na primeira metade do século XIX. Com a articulação das atividades e conhecimentos geográficos com os interesses das elites da Prússia, a Geografia adquire rapidamente importância política e econômica no país. Para Milton Santos (2008), a Geografia emerge como:

ideologia engendrada pelo capitalismo quando da sua implantação tinha que ser adequada às suas necessidades de expansão nos países centrais e na periferia. Era um momento crucial em que urgia remediar, ao mesmo tempo, o excesso de produção e o excesso de capitais, bem como sopitar as crises sociais e econômicas que sacudiram os países interessados. Era necessário, portanto, criar as condições para a expansão do comércio. (SANTOS, 2008, p. 30)

---

Segundo o autor, diversos fatores contribuíram para a sistematização da Geografia como ciência, como a mundialização econômica a partir do século XV, o desenvolvimento da cartografia, o Iluminismo e o desenvolvimento capitalista.

De acordo com Antônio Moraes (2007), a sistematização da Geografia na Alemanha partiu da discussão do determinismo geográfico e as conseqüentes discussões a respeito do território sobre o ideal da unificação alemã, a qual teve relevante influência dos estudos geográficos em sua consolidação. Ainda segundo o autor, a Guerra Franco-Prussiana ainda fez emergir a Geografia na França após 1870, pois após a derrota para a Prússia, o país repensou as estratégias geográficas de seu território e incentivou a produção geográfica. A consolidação da escola francesa, influenciada pelo possibilismo de Vidal de La Blache, será de grande relevância para a Geografia no Brasil, o que ressaltaremos posteriormente.

No que tange a Geografia e seu ensino no Brasil, do período colonial até o fim do século XIX, foi caracterizada pela produção de conhecimentos a níveis pouco sistematizados ou mesmo descritivos da paisagem, tendo em vista a sua tardia sistematização e ebulição também tardia no país.

Como salientamos anteriormente neste capítulo, a educação até 1759 era encabeçada pelos jesuítas, que, devido a sua fundamentação no ensino religioso e doutrinário, bem como à falta de conhecimentos específicos, fez com que a Geografia fosse tratada apenas como tema complementar através da leitura poética e romântica da paisagem diluídas em textos literários. (SAVIANI, 2008)

A partir de 1759, como já salientamos anteriormente, estabelece-se as aulas régias e posteriormente à independência do Brasil temos a fundação das primeiras instituições públicas de ensino em coexistência com as aulas régias. No que tange à disciplina de Geografia, pesquisas<sup>3</sup> tem mostrado que os primeiros vestígios da Geografia nos currículos escolares brasileiros são oriundos do Colégio Pedro II em meados do século XIX, no Rio de Janeiro.

Nesse período, mesmo com a disciplina estabelecida no Colégio Pedro II e com algumas obras que tratavam de conhecimentos geográficos no país, a Geografia enquanto ciência ainda permanecia desarticulada e, portanto, pouco havia professores e pesquisadores geógrafos no país. Dessa forma, Nidia Pontuschka et. al. (2009) afirma que as aulas de geografia, aulas régias e nos colégios, eram ministradas por outros profissionais de áreas diversas como médicos, advogados e etc. Assim como salientamos anteriormente, o ensino de uma forma geral nesse período, e

---

especificamente na Geografia, se manteve por um caráter elitista, descritivo e enciclopedista.

No que tange à Geografia e seu ensino no âmbito do Triângulo Mineiro e conseqüentemente na cidade de Uberaba, Minas Gerais, Plauto Riccioppo Filho (2007) em uma pesquisa sobre a formação de professores na região, já aponta a presença dos estudos em Geografia na cidade nas duas últimas décadas do século XIX.

Riccioppo Filho (2007) aponta a fundação da Escola Normal de Uberaba em 1881 como um marco importante na formação de professores da cidade tendo em vista a formação de professores normalistas em uma instituição pública para a atuação docente nas escolas primárias da região. Segundo o autor, essa instituição já estava estruturada segundo os currículos oficiais em que, mantendo um cunho positivista, compreendia disciplinas de cunho humanístico, entre elas “noções gerais de geografia e história (geografia e história do Brasil, principalmente de Minas, leitura refletida da constituição política do Império)” (RICCIOPPO FILHO, 2007, p.164).

O primeiro professor responsável pela “cadeira” de Geografia na Escola Normal de Uberaba foi Alexandre de Souza Barbosa, que foi aprovado em um concurso público para professor de Geografia em Ouro Preto, então capital da província, para assumir o cargo na instituição em 1885 (RICCIOPPO FILHO, 2007).

Tendo em vista o caráter positivista que apontamos anteriormente sobre a formação de professores na região, Isobe (2008) verifica que esta perspectiva de formação de professores tinha conseqüências nas práticas escolares desses professores indicando o “método de decorar”<sup>4</sup> como um dos princípios educacionais nas escolas da região no início do século XX. A autora salienta que as disciplinas de Geografia e História e quase todas as outras eram aprendidas por meio da recitação das lições decoradas por meio dos compêndios e manuais escolares (ISOBE, 2008).

Já em termos de caráter científico, a Geografia só ganha força no Brasil a partir da década de 1930. Porém, antes disso é importante ressaltar a influência de Delgado de Carvalho e sua importância na consolidação do ensino de Geografia desde a década de 1920. Delgado de Carvalho formou-se em universidades francesas e norte-americanas, e aqui no Brasil, elaborou uma vasta obra de livros e manuais escolares que eram considerados os mais modernos em termos de Geografia no Brasil até então. (PONTUSCHKA et. al., 2009)

Segundo a autora, Delgado de Carvalho:

propôs que o território brasileiro fosse estudado por meio das regiões naturais, posição que promovia a naturalização das questões relativas à sociedade brasileira. Não poderia haver propostas diferentes diante do contexto de influências francesas exercidas sobre a intelectualidade brasileira, nas quais os aspectos físicos eram preponderantes. (PONTUSCHKA et. al., 2009, p. 48).

Inserindo a influência francesa antes mesmo de uma sistematização articulada da Geografia no Brasil, o ensino e os conhecimentos geográficos já traçavam rumos para a influência dos estudos regionais. Além disso, Romanelli (1984) aponta Delgado de Carvalho como um dos poucos intelectuais responsáveis pela inserção do movimento Escola Nova no Brasil e o representante da Geografia na discussão e elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Neste sentido, o ensino de Geografia no Brasil toma um caráter renovador, influenciado pelos escolanovistas a partir da década de 1930.

Concomitantemente às ebulições dos renovadores e suas aspirações políticas e filosóficas no que tange a educação, as reformas e novos parâmetros do ensino permitem em 1934 a criação do primeiro curso de Geografia no Brasil, na Universidade de São Paulo, especialmente influenciado por professores vindos da França. Ainda na mesma década, a Geografia acelera seu processo de consolidação no país pela fundação de outros cursos superiores na área bem como de órgãos como a AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), Conselho Nacional de Geografia e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste sentido, a formação de professores com formação específica e a produção científica e metodológica na ciência geográfica dão um salto nas décadas seguintes. A ampliação das redes de ensino estaduais com seus respectivos Grupos Escolares e Colégios de Aplicação e Vocacionais aumentam a necessidade de professores habilitados a lecionar geografia nos cursos primário, secundário e profissional. (PONTUSCHKA et. al, 2009).

Com a ampliação da influência escolanovista desde o fim do Estado Novo e com as inconstantes discussões que levaram à elaboração da LBD de 1961, tivemos importantes propostas no que tange à Geografia e a História no ensino primário. Segundo Pontuschka (2009), Delgado de Carvalho e outros autores no âmbito da Escola Nova vinham propondo, desde a década de 1950, a integração entre as duas áreas de conhecimento sob a área dos “Estudos Sociais”. Cientificamente, a Geografia já tinha concepções marxistas emergentes em suas análises como afirma Moraes (2007),

---

concepções estas que delongariam maior tempo para serem discutidas no âmbito da prática escolar.

Tendo em vista a origem do termo “Estudos Sociais”, Rosângela Doin Almeida (1998) afirma que o mesmo surgiu na educação norte-americana no início do século XX e era voltado ao “preparo para o exercício da cidadania, [e] envolvia um espírito cívico” (ALMEIDA, 1998, p.107). Para a autora, essa concepção educacional tinha a intenção e enaltecer o civismo norte-americano tendo em vista o “american way of life”.

Almeida (1998) salienta ainda que as concepções de “Estudos Sociais” foram trazidas ao Brasil por Anísio Teixeira, discípulo de Dewey nos Estados Unidos, no início da década de 1930, o qual publicou uma proposta de orientações curriculares na escola primária. A autora salienta ainda que Delgado de Carvalho preconizou esses ideários para os estudos geográficos na escola primária nesse período, porém, “era excessivamente largo e ao mesmo tempo difícil de ser aplicado por professores da escola primária, que não dispunham de conhecimentos geográficos suficientes” (ALMEIDA, 1998, p.108).

No âmbito das concepções escolanovistas essa proposta buscava que o aluno conseguisse agrupar os fatos e ideias de temas fundamentais entre as duas disciplinas voltadas às vivências dos alunos, dessa forma, para o ensino primário não existia uma separação marcada entre os conteúdos. Pontuschka (2009) afirma que, como essa proposta se mantivera anos no campo ideário, foi na USP, no antigo Colégio de Aplicação Fidelino de Figueiredo, que suas concepções pedagógicas foram colocadas em prática.

Sob esses parâmetros escolanovistas, no estado de São Paulo após 1961, acabou-se por instituir os Estudos Sociais como substitutivo à Geografia e História no ensino primário visto por muitos, como modernizador, importado dos modelos pedagógicos norte-americanos, porém, não se foi proposto nada de concreto enquanto diretrizes curriculares. (PONTUSCHKA et. al, 2009)

Para a autora, na época, faltava ainda clareza na conceituação de Estudos Sociais bem como uma organização curricular distinta, porém, os professores acreditavam que a Geografia e a História concebidas da maneira tradicional não estavam adequadas aos objetivos da Escola Nova; e que os Estudos Sociais deveriam ser tidos como uma área de estudos e não se reduziria a uma disciplina limitadora. Dessa forma:

O planejamento das atividades curriculares da área de Estudos Sociais estava baseado no seguinte modelo: área-núcleo, círculos concêntricos e estudos da comunidade. Desse modo, era a área principal do currículo. Com base nela estabeleciam-se as programações das demais disciplinas. [...]. O estudo partia dos problemas da comunidade, tendo o cuidado de compará-los com outras regiões ou outros países. Havia preocupação de abrir os círculos concêntricos. (PONTUSCHKA et. al, 2009, p. 63-64).

Nesse sentido, a área-núcleo enquanto proposta de articulação e integração, os círculos concêntricos, como proposta aos estudos da sociedade a partir de estágios do desenvolvimento psicológico do aluno e o estudo da comunidade formavam as principais diretrizes aos Estudos Sociais implementadas pelos colégios de aplicação.

Outra concepção que os Estudos Sociais defendiam e buscavam em sua prática no Colégio de Aplicação era a presença de dois professores em sala de aula, um de Geografia e outro de História, que buscavam trabalhar de forma integrada.

As exigências institucionais para a proposta a tornaram inviável de ampliação nas redes públicas, devido ao custo de manter dois professores por sala, pagá-los suficientemente para exercer o pesado planejamento que a proposta exigia o preparo de material, o número de alunos e as avaliações (PONTUSCHKA et. al, 2009).

Ainda sob o ponto de vista do escolanovismo, Dulce Leme (1986) aponta que a proposta dos Estudos Sociais dos Colégios de Aplicação tinha como pressuposto ser uma área-núcleo<sup>5</sup> “integrando e dinamizando o conteúdo de várias disciplinas, com a participação básica de História e Geografia” (LEME et. al, 1986, p.2), e assim, a proposta previa a integração dos campos autônomos de estudo.

Assim como salientamos anteriormente, o pressuposto dessa proposta de Estudos Sociais esteve relacionada com o nível conhecimento da realidade do aluno e, portanto, cabe aos Estudos Sociais uma complexa atenção aos diferentes aspectos da realidade pois,

a tentativa de integração, quando não considera os múltiplos aspectos da realidade, frequentemente resulta numa abordagem estanque e fragmentada, ou seja, o tema abordado termina sendo tratado separadamente pelos diversos campos de estudo, não se captando o movimento, as transformações e a inter-relação entre os fatores existentes na realidade focalizada. (LEME et. al, 1986, p.3)

Tendo em vista a integração de aspectos múltiplos da realidade por meio dos Estudos Sociais nos Colégios Vocacionais na década de 1960, Newton Balzan (1977), em um artigo resultante de sua tese de doutorado sobre a aplicação dos Estudos Sociais

no Colégio Vocacional de Americana/SP, aponta os seus principais objetivos ao ensino tendo em vista a sua investigação na instituição (Tabela 1).

**Tabela 1 – Objetivos dos Estudos Sociais desenvolvidos no Colégio Vocacional de Americana entre 1962-1966.**

1. Por o adolescente em contato com o mundo que o cerca;
2. Contribuir para integrar o indivíduo na sociedade em que vive (desde a comunidade em que vive, até o país e o mundo dos quais participa como cidadão);
  - a) desenvolvendo a capacidade de compreensão da realidade social e histórica;
  - b) levando-o à compreensão da realidade nacional e seu enquadramento na realidade internacional;
  - c) levando o adolescente a sentir-se responsável perante a sociedade;
  - d) desenvolvendo no educando a capacidade de refletir sobre os fenômenos sociais com objetividade;
  - e) levando o adolescente a tornar-se capaz e desejoso de desempenhar seus deveres cívicos;
3. Desenvolver a consciência da necessidade de estabelecer contatos com os diferentes meios de comunicação;
4. Desenvolver a capacidade para discussão e elaboração do trabalho em equipe;
5. Formar o sentimento de nacionalidade;
6. Promover a valorização do elemento humano, desenvolvendo atitude de aceitação para com as diferentes raças, crenças e nacionalidades;
7. Valorizar a cultura e conseqüentemente a hierarquia de valores;
8. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência humanística;
9. Desenvolver o raciocínio do educando;
  - a) levando-o à observação;
  - b) familiarizando-o com os processos de análise, comparação e síntese dos fenômenos estudados, levando-o à formação de conceitos;
  - c) desenvolvendo sua capacidade de compreensão das diferentes organizações culturais em relação aos diferentes meios físicos;
10. Desenvolver atitudes científicas, proporcionando situações que tornem possível o desenvolvimento do gosto pela pesquisa, tanto no que se refere ao meio físico, como aos agrupamentos humanos;
11. Desenvolver a capacidade para o pensamento simbólico, conforme seja ele representado nas suas convenções ou termos técnicos;
12. Desenvolver no educando a capacidade de estudar, interpretando com senso crítico o que ele viu, leu e ouviu;
13. Dar conhecimentos essenciais sobre os vários campos da Geografia Física e Humana e dos relacionamentos entre homem e meio;
14. Localizar no espaço os fatos estudados nas demais áreas, dando sentido de integração a esses fatos;
15. Desenvolver no educando a consciência histórica (consciência da união com o passado numa continuidade que prende e ilumina o futuro) proporcionando-lhe:
  - a) conhecimento de determinados fatos do passado, sem perder de vista as ligações e interdependências entre eles;
  - b) conhecimento da evolução da sociedade e das instituições sociais;
  - c) meios para localizar no tempo os fatos estudados nas demais áreas, dando sentido de integração a esses mesmos fatos;

Fonte: BALZAN, 1977, p.35.

Balzan (1977) constatou em suas pesquisas que os professores de Estudos Sociais ainda não dispunham de parâmetros curriculares, nem mesmo objetivos educacionais sistematizados e tão pouco possuíam algum tipo de treinamento ou estágio para a disciplina. Segundo o autor o mesmo foi organizado segundo a experiência e os saberes que os professores tinham desenvolvido na instituição para uma elaboração inicial do currículo.

Se partimos dos pressupostos apontados na tabela 1, verificamos que na pirâmide de seriação dos Estudos Sociais para o ensino fundamental elaborada por Janine Le Sann (1993) (Figura 1) é apresentada uma organização seriada da disciplina de Estudos Sociais pelo meio analítico da escala “comunidade-mundo” dando ênfase aos conceitos e raciocínios geográficos aplicados a uma noção programática, a qual se aproxima dos objetivos dos Estudos Sociais do Colégio Vocacional de Americana, expostos na tabela 1.



**Figura 1 – Pirâmide de seriação dos Estudos Sociais para o ensino fundamental elaborada por Le Sann (1993, p.12)**

Esta concepção de organização seriada da disciplina de Estudos Sociais foi enraizada ao longo do tempo nas escolas do país e fora adaptada segundo as transformações ocorridas desde suas experiências nos Colégios de Aplicação na década

---

de 1960 até esta elaboração realizada por Le Sann (1993). Na Geografia, em termos gerais de distribuição seriada, é possível estabelecer uma ordem sequencial semelhante no que tange à atual organização dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (BRASIL, 1998) e das coleções de livros didáticos da disciplina.

É importante salientar que esta proposta de Estudos Sociais discutida e testada pelos escolanovistas nas décadas de 1950 e 1960 sob a óptica de uma área de estudos não teve qualquer relação filosófica, teórica ou prática com os Estudos Sociais impostos no âmbito da ditadura militar na LBD de 1971; esta previa a integração no primeiro e segundo grau de Geografia, História, Filosofia e Sociologia no âmbito de uma disciplina claramente e ideologicamente reduzida e limitada, colocando a formação de gerações críticas em um patamar também reduzido, como também apontam Leme (1986) e Balzan (1977).

Nesse sentido, acreditamos que os manuais escolares analisados neste trabalho intitulados “Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais” e que foram trabalhados no ensino primário de Uberaba e região possam resgatar algumas influências de aspectos dessa proposta escolanovista para os conteúdos de Geografia e História; o que será aprofundado ao longo do trabalho e da análise direta dos manuais.

## **OS MANUAIS DE HERMANTINA RICCIOPPO: ESTUDOS SOCIAIS E A GEOGRAFIA ESCOLAR.**

Neste item buscaremos elucidar nossas reflexões e apontamentos no sentido de corroborar com uma das conjecturas propostas inicialmente neste trabalho que dispõe das concepções e organizações dos Estudos Sociais em conhecimentos geográficos desenvolvidos pelo “Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais” para as 2ª e 3ª séries da professora/autora Hermantina Riccioppo. Esta proposta de Estudos Sociais esteve vinculada às discussões implementadas pelo movimento Escola Nova, sendo a mesma, anterior à proposta de Estudos Sociais implantada pela LDB de 1971, como já salientamos anteriormente.

Como salientamos anteriormente, os dois manuais intitulados “Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais” para as 2ª e 3ª séries do 1º grau (Figura 3) foram lançados em fevereiro de 1962, sem data precisada documentalmente, em Uberaba pela editora “Gráfica Zebu S/A”, segundo entrevista da professora Hermantina ao jornal *Correio Católico*, de 26 de fevereiro de 1962. Foi constatado também, por meio das

edições as quais tivemos acesso, que os manuais da professora Hermantina tiveram 15 edições publicadas até 1979 para o exemplar da 2ª série, e 7 edições publicadas até 1980 para o exemplar da 3ª série.



**Figura 2 – Capas dos manuais escolares intitulados “Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais” para as 2ª e 3ª séries do 1º grau, respectivamente, de autoria de Hermantina Riccioppo.**

Tendo em vista que as capas dos manuais escolares representam a primeira imagem significativa a ser vista por um leitor, no caso da pesquisa acreditamos também que a capa pode representar aspectos substanciais em sua concepção e/ou objetivos. As características textuais na capa são de caráter informativo trazendo o título, a seriação e o nome da autora.

Sem buscar aqui realizar apenas uma análise textual, mas acreditando que a mesma se torna um dos arcabouços analíticos da pesquisa, a utilização do pronome possessivo “meu”<sup>6</sup> no título da obra se destaca de forma chamativa na capa do manual. A nosso ver, a utilização do pronome “meu” confere duas interpretações características a esses manuais.

O pronome já confere em sua análise morfológica o sentido de posse aos manuais escolares, ou seja, que os manuais escolares são de propriedade dos alunos ou

pelo menos de posse ao longo de um período pelo aluno – visto que não sabemos se os manuais eram utilizados e devolvidos ao final do ano ou se eram próprios dos alunos. Porém, nos questionamos sobre a intenção conferida a esse pronome tendo em vista que o mesmo pode conferir a ideia de posse das práticas escolares dos alunos, o que pressupõe o caráter também prático voltado aos alunos nos conteúdos dos manuais – tese que buscaremos aprofundar posteriormente.

No entanto, o que nos chama mais a atenção na capa são as imagens que dimensionam uma primeira percepção ao livro. Não é sabido ao certo se a escolha da capa partiu da própria autora ou mesmo da editora, porém, a nosso ver, as imagens de uma criança lendo – o aluno – e ao fundo o mapa do Brasil não devem ter sido colocadas aleatoriamente.

Compreendemos que o conjunto de imagens da capa já estabelece uma relação a partir do ensino com manuais para o contexto da nação brasileira. A imagem de uma criança lendo ou interpretando o espaço geográfico brasileiro já pressupõe os ideais de civismo e nacionalismo enaltecidos pelos Estudos Sociais e pela Geografia, que já discutimos anteriormente conforme Almeida (1998) e ainda reforçam tais pressupostos enquanto significado básico para quem lê a capa pela primeira vez.

Segundo a introdução realizada pela professora/autora no início de cada obra, tendo em vista a sua concepção de Estudos Sociais (Figura 3) temos subsídios para uma análise do foco referencial que norteou a elaboração da obra.

**O ensino de ESTUDOS SOCIAIS na Escola Primária significa a identificação de escola com a vida.**

**E' necessário que a criança viva a realidade do que estuda e estude com vida situações reais. Esta aprendizagem deve dar à criança uma experiência verdadeira e agradável daquilo que lhe é útil e lhe exigirá cedo ou mais tarde, a sociedade.**

**Aqui êsses fatos são expostos de maneira singular e em linhagem acessível à mente infantil. As ilustrações foram cuidadosamente feitas, para serem coloridas, quando não ilustradas pela própria criança o que vem dar mais objetividade e favorecer seu interêsse e compreensão.**

**Às páginas intituladas "PLANTA DE NOSSA CIDADE", a professora dará um cunho todo especial, pois ela será o centro de interêsse para o estudo da Comunidade local. A criança irá consultar fontes e informações relacionadas com sua cidade, como: planta, mapas, recorte de jornais, excursões, para reconhecer os diversos setores de atividades da Comunidade.**

**Figura 3 – Introdução presente no manual destinado à 3ª série que apresenta a concepção de Estudos Sociais da professora Hermantina Riccioppo.**

Podemos observar neste exemplo (Figura 3) que a concepção de Estudos Sociais se norteia pela "identificação da escola com a vida", ou seja, acreditamos que essa concepção oferece subsídios para considerar que os manuais analisados pressupõem como princípio básico a realidade vivida pelo aluno e sua relação com a escola.

Essas colocações são justificadas pela própria autora tendo em vista que os conhecimentos desenvolvidos nos manuais pressupõem uma "utilidade" prática na vida das crianças a partir de um ensino "agradável" e "adequado à mente infantil". Assim, a autora deixa claro que as concepções a respeito dos Estudos Sociais estão diretamente relacionadas aos pressupostos escolanovistas de preocupação psicobiológica com o aluno e o ambiente em que vive.

A respeito dos pressupostos que norteiam as concepções específicas de Estudos Sociais, já afirmamos anteriormente que, no âmbito das concepções escolanovistas, sua

origem é fundamentada nos pressupostos norte-americanos de civismo e cidadania (ALMEIDA, 1998). Deste modo, vejamos o exemplo a seguir:

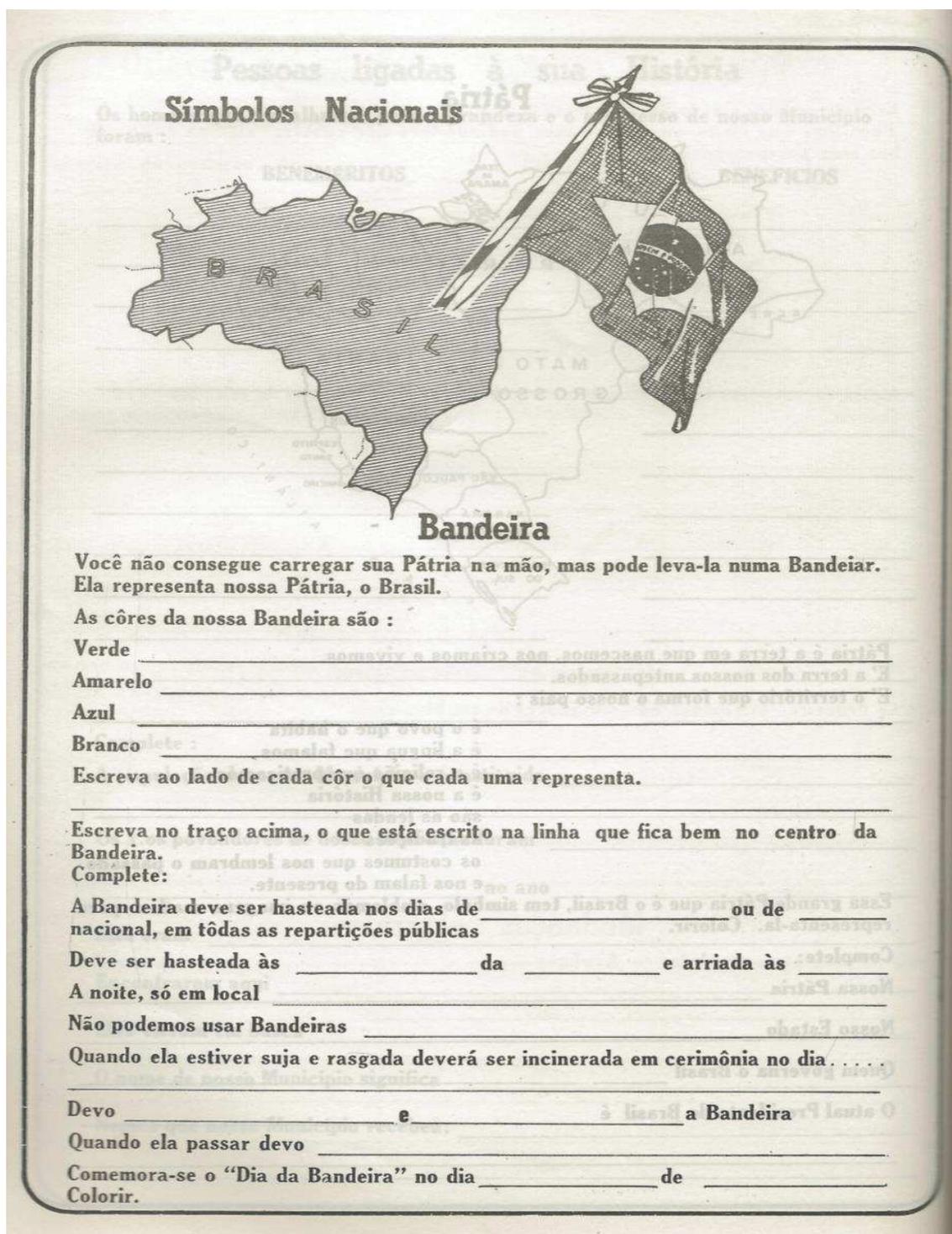


Figura 4 – Conteúdo sobre “Símbolos Nacionais” no manual destinado à 3ª série, da professora Hermantina Riccioppo

Podemos evidenciar neste exemplo (Figura 4) e em outros observados e analisados por nossos estudos que os manuais escolares da professora/autora

Hermantina Riccioppo dedicam diversas páginas aos conteúdos voltados ao civismo ao culto dos símbolos nacionais como bandeira, hino, selo, armas.

Esse aspecto foi percebido predominantemente nos dois manuais escolares, ou seja, tanto na 2ª como na 3ª série do primário os manuais escolares analisados reforçam a idealização e a prática do civismo bem como o culto aos símbolos nacionais. A nosso ver, essa “repetição” de conteúdos cívicos nas duas séries pressupõem o reforço e a idealização de nação, de cidadania e de civilidade na qual os Estudos Sociais objetivaram suas práticas formativas.

Ainda no que tange ao nacionalismo que configura as concepções norteadoras dos Estudos Sociais, o culto aos “vultos nacionais” enquanto heróis que vangloriam a pátria também são evidenciados em vários momentos nos manuais. Vejamos o seguinte exemplo:

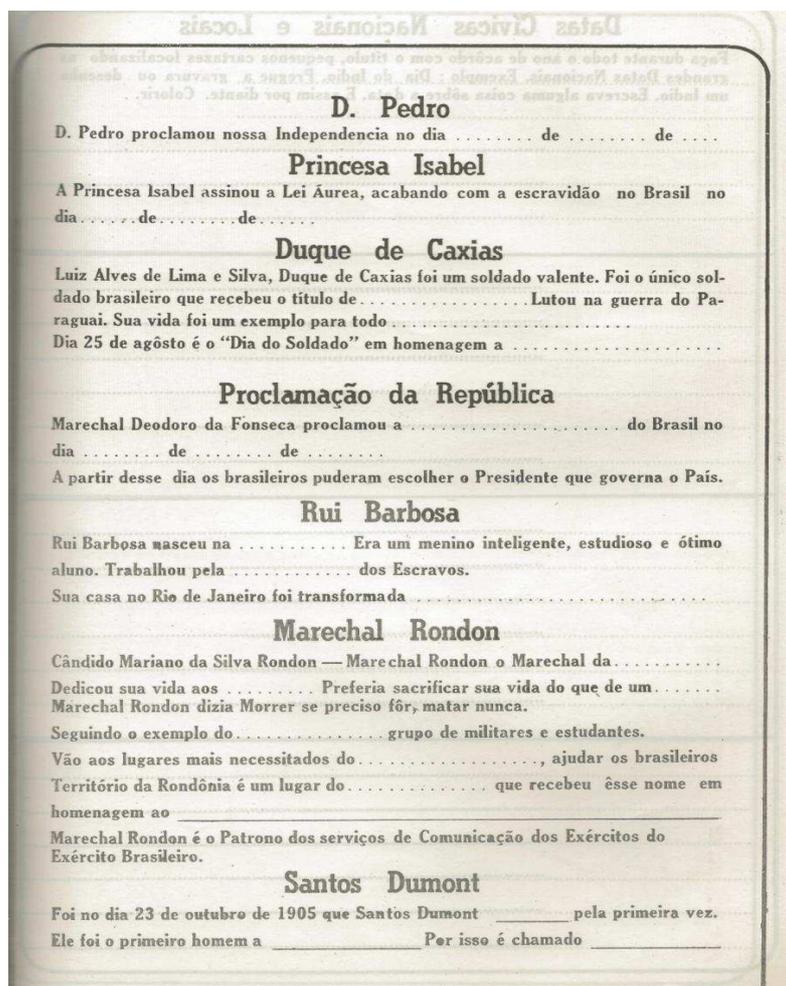


Figura 5 – Conteúdo sobre os “Vultos Nacionais” no manual destinado à 3ª série, da professora Hermantina Riccioppo

Observamos neste exemplo (Figura 5) assim como em outros momentos de enaltecimento dos vultos nacionais nos manuais da professora/autora Hermantina Riccioppo que basicamente há uma preocupação nomeclatural, de memorização e de enciclopedismo que buscam enaltecer os feitos dos “heróis” nacionais. Evidencia-se esse caráter no exercício de repetição de nomes, datas e feitos e na atividade de “completar” os espaços.

Além desse caráter tradicional evidenciado nos conteúdos voltados à História do Brasil, percebemos que os conhecimentos históricos desenvolvidos ao longo dos manuais escolares são reduzidos ou ao estudo enciclopédico de datas, nomes e feitos ou então às pesquisas e exercícios voltadas ao estudo das famílias locais ou municipais e da evolução histórica do município.

Tendo em vista os pressupostos apontados por Leme et. al. (1986) de que os Estudos Sociais se desenvolvem não como uma disciplina, mas como uma área núcleo que integra diversos conhecimentos tendo por base epistemológica a Geografia e a História, seus conhecimentos devem partir da realidade de vida do aluno.

Nesse sentido, foi evidenciado em nossas análises até aqui que a realidade cotidiana da vida dos alunos foi base fundamental para a elaboração dos manuais escolares da professora/autora Hermantina Riccioppo e que a mesma buscou sob diferentes aspectos desenvolver conhecimentos geográficos e históricos.

No entanto, nossas análises aos materiais nos levam a questionar o âmbito da integração entre Geografia e História no processo de construção de conhecimento dos manuais tendo em vista que não identificamos de forma clara a articulação entre os conhecimentos geográficos e históricos. Foi observado que os conhecimentos das duas áreas são dispostos em momentos distintos, separados por temas e títulos.

Tendo em vista essas colocações, apesar de haver uma grande preocupação com o estudo da realidade vivida pelos alunos nos âmbitos geográficos e históricos, ambos são dados de maneira distinta, em momentos e páginas distintos, sem uma clara integração das duas áreas do conhecimento enquanto um processo articulado de construção da sociedade focalizada (LEME et. al., 1986).

A nosso ver, esse aspecto evidenciado não desqualifica os manuais escolares elaborados pela professora/autora Hermantina Riccioppo tendo em vista as concepções educacionais compreendidas no âmbito dos Estudos Sociais, mas oferecem subsídios para considerar as oscilações e contradições histórico-culturais na elaboração dos manuais.

---

Essas colocações justificam-se tendo em vista os objetivos aos Estudos Sociais traçados por Balzan (1977) que apontamos em tabela específica (Tabela 1) deste trabalho. Os objetivos levantados pelo autor em suas pesquisas subsidiam diversos aspectos evidenciados em nossas análises sobre os manuais.

Dentre os objetivos e aspectos observados em nossas análises a respeito das concepções de Estudos Sociais que compreendem os manuais da professora Hermantina Riccioppo estão: a evidência com o mundo e a realidade do aluno; a relação entre escalas de comunidade, município, estado e país; a formação para o espírito cívico e o nacionalismo; valorização do elemento humano na prática sob o prisma de uma concepção humanística; evidenciar valores culturais e cívicos; desenvolvimento do raciocínio pela observação, interpretação e prática no âmbito da paisagem; fundamentar-se na relação homem e meio; conhecer fatos e acontecimentos do passado e desenvolver capacidade no aluno de estudar a realidade de maneira científica.

Como podemos observar estes objetivos e concepções já foram ressaltadas em nossas análises anteriores seja no que tange aos aspectos escolanovistas ou no que se refere aos aspectos geográficos e cívicos. Salientamos então que não faremos uma análise pontual desses objetivos propostos por Balzan (1977) tendo em vista que os mesmos já foram evidenciados em outros momentos de análise deste trabalho.

No entanto, alguns objetivos traçados pelo autor não foram claramente desenvolvidos nos manuais analisados. A nosso ver a “discussão e elaboração do trabalho em equipe”<sup>7</sup> e a integração dos conhecimentos tratados em diversas áreas são objetivos que ficam aquém da elaboração dos manuais.

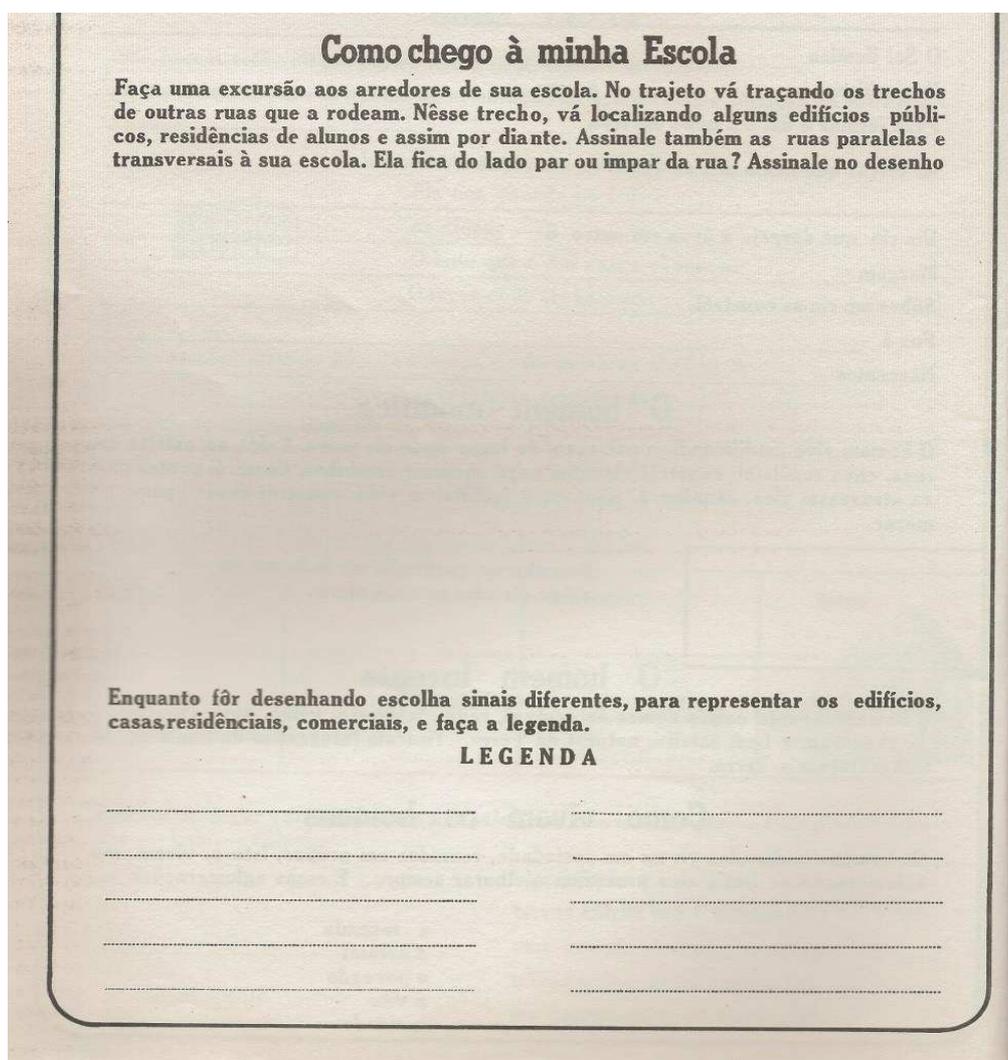
Como salientamos anteriormente, observamos que os manuais claramente fazem uma distinção de temas e áreas de estudo e não propõem exercícios e metodologias que articulem esses conhecimentos e, além disso, consideramos a partir de nossas análises que os manuais não fazem menção ao “trabalho em equipe” por parte dos alunos, a preocupação, assim como vimos anteriormente, é com o aspecto individual da criança.

Acreditamos que essas oscilações são pertinentes tendo em vista as colocações feitas por Pontuschka (2009) e Almeida (1998), que afirmam que até 1971 os Estudos Sociais não possuíam diretrizes curriculares próprias, objetivos claramente traçados e suas práticas eram realizadas de diferentes maneiras nos Colégios de Aplicação. A nosso ver, esse contexto oferece subsídios para que consideremos os manuais analisados não de forma homogênea e, conseqüentemente, as perspectivas de Estudos Sociais

também não se estabelecem uniformemente como as perspectivas também realizadas especificamente por Balzan (1977).

Por outro lado, tendo em vista as proposições curriculares organizadas posteriormente por Le Sann (1993) tendo em vista a escala “comunidade-mundo” que segundo a autora constitui-se ao longo do tempo e da prática dos Estudos Sociais, os manuais escolares analisados apresentam similaridades e outras disparidades. A autora propõe que para a 2ª série os Estudos Sociais trabalhem na escala “Rua-Bairro” e na 3ª série no âmbito do “Município”<sup>8</sup>.

Para a 2ª série é possível observar (Figura 6) que os manuais tendem a perfazer seus conhecimentos por meio de uma escala voltada ao bairro e, principalmente à vida no bairro e sua relação com a cidade, sugerindo observação dos meios de produção, da paisagem e de aspectos históricos do bairro.



**Figura 6 – Conteúdo “Como chego à minha Escola” do manual da 2ª série da professora Hermantina Riccioppo.**

---

Apesar do manual para a 2ª série manter esse foco no bairro foi possível observar que a escala do município – que estaria relacionada à 3ª série – também é utilizada nos manuais no que tange à relação do bairro e, principalmente, da vida do aluno com o bairro e o município. A nosso ver, essa diferenciação de escalas, que não é vista posteriormente nas proposições curriculares dos Estudos Sociais como as de Le Sann (1993), pressupõe as poucas referências em orientações curriculares para a época, mas também levanta o seguinte questionamento: essa relação entre as escalas de análise seria propositalmente colocada na elaboração dos manuais tendo em vista o entendimento de uma articulação entre as escalas geográficas?

No manual escolar para a 3ª série, cujas análises demonstram uma preocupação com os conhecimentos na escala do município – o que estaria de acordo com as proposições de Le Sann (1993) – foram observadas também diversas atividades propostas que sugerem o estudo do município no âmbito da escala estadual. Assim, entendemos que os manuais buscam estabelecer as suas escalas de análise, mesmo sem proposições curriculares totalmente definidas previamente, de maneira não limitada, ou seja, busca ao longo de suas atividades diversas escalas de análise sobre os temas desenvolvidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreendemos que os manuais escolares da professora/autora Hermantina Riccioppo representam uma obra significativa ao contexto da Geografia escolar, no que tange os Estudos Sociais e a escola primária, a respeito da história das obras didáticas no país e no contexto de uma prática pedagógica específica em Uberaba/MG.

É possível estabelecer que essa complexa configuração sócio-espacial permitiu, a nosso ver, com que os manuais escolares analisados em sua completa materialidade histórica representou na prática de seu tempo uma descontinuidade específica de padrões até então estabelecidos tradicionalmente em âmbito nacional e local. A obra de Hermantina Riccioppo representou uma ruptura cultural e histórica no âmbito uberabense e constituiu-se em um movimento amplo de educação e propostas da época no Brasil. Mesmo não sendo uma obra de reconhecimento nacional, os manuais escolares analisados se configuram como parte desse movimento educacional.

É possível considerar que a proposta de Estudos Sociais dos manuais da professora/autora Hermantina Riccioppo, mesmo que de maneira singular e desigual,

teve em sua elaboração uma tendência a estabelecer os pressupostos considerados “modernos” para a época que pressupunham os Estudos Sociais sob o prisma dos ideais escolanovistas.

Não é possível, tendo em vista a ausência de fontes documentais ou orais, estabelecer claramente quais objetivos, habilidades e parâmetros foram utilizados pela professora/autora Hermantina Riccioppo em suas conceptualizações acerca dos Estudos Sociais. No entanto, nosso esforço aqui foi o de levantar indícios e subsídios que problematizem essas questões e que apontem, sem intenção de serem conclusivas, possíveis fontes e referências epistemológicas que nortearam o trabalho da professora.

Em relação às referências da Geografia, História e Estudos Sociais empreendidas nos manuais escolares da professora/autora Hermantina Riccioppo, foram identificados também oscilações entre concepções escolanovistas e alguns resquícios às referências tradicionais do ensino. No entanto, de maneira geral, compreendemos que as concepções de Estudos Sociais que Hermantina priorizou em sua elaboração e prática esteve relacionada com a concepção baseada nos princípios escolanovistas apresentando aspectos como: identificação das atividades escolares com a realidade de vida do aluno; o civismo e nacionalismo; a relação entre escalas de comunidade, município, estado e país; desenvolvimento do raciocínio pela observação, interpretação e prática no âmbito da paisagem; fundamentar-se na relação homem e meio; conhecer fatos e acontecimentos do passado e desenvolver capacidade no aluno de estudar a realidade de maneira científica.

Foi possível estabelecer também que a construção do conhecimento geográfico escolar no âmbito dos manuais escolares analisados parte de uma elaboração cultural que expressa criações originais do contexto escolar, não se abstendo dos conhecimentos científicos que as norteiam, porém, de acordo com as finalidades escolares convertendo-os em objeto de ensino, fruto de um arranjo sociocultural da escola.

Acreditamos que este trabalho compreende algumas questões levantadas, porém, não as responde com pretensões de estabelecer verdades absolutas. Procuramos, contudo, compreender os manuais escolares de Hermantina Riccioppo sob um delimitado ponto de vista e sob o prisma de uma escolha metodológica. Neste sentido, este trabalho permanece em aberto, com a certeza de que novos questionamentos podem emergir desta pesquisa em âmbito acadêmico, contribuindo de forma significativa para os estudos acerca da história da educação e da historiografia da Geografia escolar.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Perspectivas da Geografia Escolar no Brasil**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 9. IX ENDIPE. Águas de Lindóia (SP), 1998. p. 101-114.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: \_\_\_\_\_. PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

BALZAN, Newton César. Estudos sociais: opiniões e atitudes de ex-alunos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.22. p. 31-70, set. 1977.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994, p.176-182.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução: Maria Helena C. Bastos. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, Jan/Abr 2009.

CIPRO NETO, Pasquale. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

CORREIO CATÓLICO. **Professora Uberabense lança livro**. Uberaba, p.10, 26 fev. 1962. – Disponibilizado no acervo histórico da Escola Estadual Minas Gerais.

ESCOLANO, Agustín Benito. Sobre la construcción histórica de la manualística en España. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín: Facultad de Educación. Vol. XIII, No. 29-30, (enero-septiembre), 2001.

FERRACINI, Rosemberg Aparecido Lopes. **A África e suas representações no(s) livro(s) escolar(es) de Geografia no Brasil – 1890 a 2003**. 2012, 229f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **Educação e Civilização no Sertão: Práticas de Constituição do Modelo Escolar no Triângulo Mineiro**. 2008, 231f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LE SANN, Janine Gisèle; TORRES, Maria Elizabeth Leite de O. Q.; FERREIRA, Saraya Aparecida. **Estudos Sociais e Geografia na escola primária: orientações metodológicas de 1ª à 4ª séries**. Contagem/MG: Littera Maciel Ltda, 1993.

LEME, Dulce Maria Pompêo Camargo et. al. **O ensino de Estudos Sociais no primeiro grau**. São Paulo: Atual, 1986.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 21ª Ed. São Paulo: Annablume, 2007.

---

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RICCIOPO, Hermantina. **Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais**. 2ª série do 1º grau. – Edição original 1962 – 15ª ed. Uberaba: Gráfica Zebu S/A, 1979.

RICCIOPO, Hermantina. **Meu Álbum de Estudos Sociais e Ciências Naturais**. 3ª série do 1º grau. – Edição original 1962 – 7ª ed. Uberaba: Gráfica Zebu S/A, 1980.

RICCIOPO FILHO, Plauto. **Ensino Superior e Formação de Professores em Uberaba/MG (1881-1938):** uma trajetória de avanços e retrocessos. 2007, 509f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Uberaba, Uberaba, Minas Gerais, 2007.

TONINI, Ivone Maria. **Geografia Escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos**. 2. ed. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2006.

## Notas

---

<sup>1</sup> Consultar diretamente a obra; BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: \_\_\_\_\_. PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23-79.

<sup>2</sup> Conceito do autor que se diferencia dos manuais escolares por um caráter de simplificação ou adaptação de conhecimentos em prol da cientificidade, ou seja, são obras que abreviaram ou resumiram obras e textos científicos, que não estão originalmente destinados ao público escolar ou construídos enquanto elementos dos conhecimentos escolares.

<sup>3</sup> Autores de vasta obra e pesquisa sobre o assunto como Romanelli (1984) e Pontuschka (2009) bem como outros autores, apontam para os currículos do Colégio Dom Pedro II como apontamentos iniciais à história do currículo no Brasil, e consequentemente sua inserção na Geografia e seu ensino.

<sup>4</sup> Termo apontado pela autora. (ISOBE, 2008, p. 97).

<sup>5</sup> Termo citado pela autora. (LEME et. al, 1986, p.2) .

<sup>6</sup> Análise morfológica dos pronomes possessivos, por Cipro Neto (1998, p.288).

<sup>7</sup> Proposta traçada pelo autor aos Estudos Sociais. (BALZAN, 1977, p.35)

<sup>8</sup> Propostas de organização seriada do currículo de Estudos Sociais propostos por Le Sann (1993, p.12).